

Maioridade penal volta à pauta da CCJ

Reclusão a partir de 16 anos de idade, nos casos de crimes inafiançáveis, como os considerados hediondos e o tráfico de drogas, está na pauta da Comissão de Justiça do Senado, que se reúne amanhã



Patricia Saboya leva a Renan Calheiros representantes de entidades contrárias à alteração na maioria

Seis propostas que visam reduzir a idade da imputabilidade penal, atualmente fixada em 18 anos, estão na pauta da Comissão de Justiça do Senado, que se reúne amanhã. O relator, Demostenes Torres, apresentou substitutivo que prevê a antecipação da maioria penal para 16 anos. **Página 3**

São Paulo está apto a participar da PPP do metrô, afirma senador **Página 4**

Comissão examina adicional por tempo de serviço a celetista **Página 8**

Alvaro Dias aponta lavagem de dinheiro em loterias da Caixa **Página 7**



Simon e Serys pedem ação contra aquecimento

Pedro Simon alertou para as consequências do aquecimento global, enquanto Serys Silhesarenko disse ter voltado de seminário parlamentar em Washington com a impressão de que a consciência ambiental cresceu. Subcomissão pode convidar a ministra Marina Silva para debate. **Página 5**

Impresso Especial
5362005/DR/BSS
SENADO FEDERAL
---CORREIOS---



Ônibus com motor desregulado trafega pela Avenida Ibirapuera, em São Paulo: uso de combustíveis fósseis é uma das causas do aquecimento global

Senador cobra compromissos assumidos quando da abertura do Sistema Telebrás à iniciativa privada

Papaléo: privatização não garantiu telefonia fixa à população pobre

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem em Plenário o descumprimento, pelas operadoras de telefonia, dos acordos realizados com o governo por ocasião da privatização do Sistema Telebrás, em 1998. Na opinião do parlamentar, as operadoras não tiveram interesse em investir em telefonia fixa em espaços regionais considerados menos atraentes, prejudicando, com isso, os usuários de baixa renda.

No entanto, informou Papaléo, as empresas de serviços de telecomunicações faturaram R\$ 134,1 bilhões em 2005 e R\$ 68,9 bilhões no primeiro semestre de 2006. O senador enfatizou que o consumidor brasileiro paga 40,8% de impostos sobre telefonia, considerada a maior carga tributária do mundo.

– O que o consumidor ganhou com a privatização? – indagou, ao apontar o aumento abusivo de tarifas telefônicas. Ele citou dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) que indicam crescimento superior a 516% nas tarifas.

Papaléo salientou que a expectativa do governo Fernando Henrique, à época da privatização, era de promover uma melhoria na qualidade de prestação do serviço, bem como a universalização do acesso, o que não ocorreu.



ConaTV/Agenda

Falta de acesso a serviços de telefonia prejudica a região Norte, afirma Papaléo

O parlamentar apresentou dados segundo os quais a telefonia móvel praticamente dobrou de 1998 a 2003, subindo de 20 milhões de aparelhos para 40 milhões, enquanto a telefonia fixa cresceu de 40 milhões para apenas 42 milhões de aparelhos entre 2003 e 2007.

Ainda segundo Papaléo, documentos dos ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente comprovariam que Rondônia e Roraima são estados com “alta inacessibilidade” aos serviços de telefonia.

– A maioria dos habitantes da região Norte não tem acesso a telefones fixos e celulares – criticou o senador, acrescentando que os municípios do Amapá que não dispõem de telefonia celular têm grande dificuldade de estabelecer contato com a capital.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão deliberativa às 14h

Sessão deliberativa do Plenário, às 14h, tem a pauta trancada pela Medida Provisória 326/06, que autoriza a liberação de R\$ 1 bilhão para Operações Oficiais de Crédito. Ainda obstruem as votações dois projetos de conversão: o que autoriza plantio



de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação (PLV 29/06) e o que permite a contratação, pelo Ministério da Defesa, de funcionários para realizar atividades de controle do tráfego aéreo (PLV 30/06).

Previdência em debate

As comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam, às 10h, audiência pública com o objetivo de debater o papel do Parlamento no

Fórum Nacional da Previdência Social. A reunião conta com a participação do ministro da Previdência e Assistência Social, Nelson Machado.

Ministro da Educação discute resultados do Enem

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública com a participação do ministro da Educação, Fernando Haddad, para discutir os resultados

do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nos anos de 2005 e 2006.



Audiência na CRE sobre política do Itamaraty

Atendendo a pedido dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se às 10h para ouvir o diplomata Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur. Ele irá falar sobre a entrevista concedida à revista Veja, na qual criticou a forma de promoção de diplomatas e a política externa do governo do PT.

Comissão de Assuntos Econômicos ouve Henrique Meirelles

O presidente do Banco Central participa de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Henrique Meirelles e a diretoria da instituição discutirão as metas de inflação, as políticas monetária e cambial e o desempenho do Banco Central no último trimestre de 2006.

Aquecimento global

A Subcomissão do Aquecimento Global, da Comissão do Meio Ambiente (CMA), reúne-se às 11h para votar requerimento de convite à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para debate sobre as causas da elevação da temperatura da Terra e a posição do Brasil em relação ao assunto. Às 11h30, a CMA realiza reunião e discute mudanças no Código Florestal, entre outros itens.

Documentário de Al Gore

Às 17h será lançado o DVD Uma Verdade Inconveniente, de Al Gore, documentário que narra o esforço do ex-vice-presidente norte-americano para conscientizar as autoridades e a população mundial dos efeitos das mudanças climáticas. Em seguida, especialistas em aquecimento global debatem o assunto. A cerimônia será no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Gerson Camata, César Borges, Paulo Paim, Valter Pereira e Papaléo Paes

Substitutivo prevê reclusão para o menor a partir de 16 anos de idade nos casos de crimes inafiançáveis, como os considerados hediondos e o tráfico de entorpecentes

Casagrande pede melhoria na segurança e fim da impunidade

Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou ontem, em Plenário, sua posição contrária à proposta de antecipação da maioria penal. O senador cumpria missão oficial nos Estados Unidos, onde participou de discussão sobre o aquecimento global.

– Sou favorável, sim, ao aumento da internação para menores infratores envolvidos em crimes hediondos, como o assassinato do menino João Hélio – afirmou.

Casagrande reconhece a necessidade de aperfeiçoamento da legislação penal brasileira, mas disse acreditar ser fundamental atacar a criminalidade pela melhoria da gestão da área da segurança pública e pelo combate à impunidade.

– Muita coisa precisa mudar na administração do sistema com as leis já em vigor. É fundamental melhorar a gestão do sistema carcerário, que tem um custo ele-



Casagrande defende reforma do sistema penitenciário e integração das polícias

vadíssimo por preso; investir na inteligência do aparelho policial; valorizar os policiais e integrar as polícias – salientou.

O parlamentar do Espírito Santo cobrou ainda agilidade na tramitação dos projetos de lei na área de segurança pública e sustentou que a redução da criminalidade depende do combate à “praga da impunidade”.

Frente em defesa da criança cobra mais debate de propostas

Representantes de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, acompanhados de membros da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que intervenha para que as propostas que prevêem a redução da maioria penal sejam mais bem debatidas na Casa.

Renan respondeu que uma eventual decisão de adiar a votação caberia ao presidente da Comissão de Justiça, Antonio Carlos Magalhães. Ele ressaltou que é preciso respeitar a Constituição e o Regimento, e que, portanto, se forem aprovadas na comissão, as propostas vão para o Plenário.

O presidente do Senado defendeu, no entanto, a importância de se “democratizar ao máximo” a discussão, em vez de deliberar às pressas, e se comprometeu em expressar essa preocupação a Antonio Carlos. “O diálogo é inevitável. A decisão não pode ser precipitada”, disse.

Patrícia Saboya (PSB-CE), coordenadora da frente parlamentar, afirmou que uma matéria dessa importância não pode ser votada sem que se realize sequer uma audiência pública.

Renan quer parecer sobre autonomia a estado na área penal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitou ao advogado-geral da Casa, Alberto Cascais, a elaboração de parecer sobre a constitucionalidade da proposta do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), de conceder aos estados autonomia para fazer mudanças na legislação penal.

A necessidade de promover um estudo mais aprofundado sobre o assunto surgiu porque diversos senadores procuraram o presidente expressando dúvidas quanto à viabilidade da proposta. No entanto, Renan informou que, ainda que o parecer de Cascais seja pela inconstitucionalidade, a matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Subcomissão Permanente de Segurança Pública para discussão.

Renan recebeu ontem o presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), deputado Liberman Moreno (PHS-AM), e membros da diretoria-executiva da instituição. Estimulados pela proposta de Sérgio Cabral de dar aos estados competência para promover mudanças na legislação penal, eles trataram da importância do fortalecimento das assembleias.

CCJ decide esta semana sobre redução da maioria penal

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) devem analisar amanhã seis propostas de emenda à Constituição (PECs) que visam reduzir a idade da imputabilidade penal, atualmente fixada em 18 anos.

As propostas estabelecem diferentes idades-limite para a imputabilidade, reduzindo-a para 16 e até para 13 anos. A comissão examinará o substitutivo do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), favorável à antecipação da maioria penal para 16 anos.

Foram apresentadas duas emendas às propostas (PECs 18/99, 20/99, 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04): a primeira, do relator, determina que, quando um maior de 16 e menor de 18 anos for condenado, será punido com medidas socioeducativas, a não ser que tenha cometido um ou mais



Demostenes é o relator das seis propostas em exame no colegiado

crimes inafiançáveis – prática da tortura, tráfico de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e aqueles definidos como hediondos.

A outra emenda, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), prevê que a lei poderá, excepcionalmente, desconsiderar o atual limite à imputabilidade penal, definindo as condições, circunstâncias e

normas de aplicação.

O substitutivo precisa ser aprovado em dois turnos na CCJ e no Plenário, para, depois, seguir ao exame da Câmara.

Cláusula de desempenho

Poderá ser analisada ainda pela CCJ a PEC 2/07, de Marco Maciel (PFL-PE), que recria a cláusula de desempenho, derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado. A proposta exige critérios mínimos – baseados na votação – para que um partido tenha funcionamento parlamentar e maior acesso a recursos públicos e ao rádio e à televisão.

Também está na pauta projeto da Câmara que modifica o Código de Processo Civil para revogar artigo sobre remessa obrigatória ao tribunal dos processos em que sejam proferidas sentenças contra a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Camata prega união de todos na luta contra a criminalidade

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou ontem que todos os setores da sociedade brasileira devem se unir contra a violência. Ele conclamou os parlamentares a discutir, elaborar e aprovar leis para fortalecer o combate à criminalidade.

– Mas temos de pensar com vontade de fazê-las e com vontade de colocá-las em vigor. Tem de ser o princípio de uma luta que fará com que as coisas mudem – recomendou.

Camata sugeriu a criação de

cursos de paternidade e maternidade responsáveis, que seriam ministrados antes do casamento. Disse que o país deve pensar em estabelecer medidas de controle da natalidade e que as igrejas precisam debater o assunto.

– É a hora de chamarmos para a luta todos os setores da sociedade brasileira e não só o Legislativo. Caso contrário, não seremos dignos de representar o povo humilde que está morrendo, trucidado, roubado e sacrificado pelas ruas deste país, sem que levantemos a



Camata defende aprovação de leis que reforcem o combate à violência no país

voz na defesa dessa gente.

Camata destacou que, segundo reportagem publicada pelo jornal A Tribuna, de Vitória, apenas três países adotam a maioria penal aos 18 anos de idade.

Governo federal é o culpado pela violência, diz ACM

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o verdadeiro culpado pela violência no país é o governo federal. O senador disse que, no fim de semana, assistiu a debate na televisão em que um antropólogo, um sociólogo e um comandante da Polícia Militar atribuíam a culpa ao Legislativo.

Segundo o parlamentar, todos



Para Antonio Carlos, “Legislativo está pagando pelos crimes do Executivo”

os integrantes do governo são responsáveis. Ele não excluiu sequer o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que disse ser seu amigo.

– O Legislativo está pagando pelos crimes do Executivo, que faz discursos e não resolve nada. Lula foi infeliz ao dizer que vamos acabar perseguindo fatos. Ele deveria ao menos pedir desculpas à família do menino João [Hélio] e ao Congresso.

Antonio Carlos convocou os senadores a votar amanhã, na Comissão de Justiça, os projetos que alteram a legislação penal. Ele assinalou que, se for decidido debater o assunto e ouvir “elitistas interessados em não punir ninguém, é melhor fechar o Congresso Nacional”.



Ideli: ano começou com ofertas de emprego em alta em Santa Catarina

Ideli aponta condições favoráveis à economia de Santa Catarina e do Brasil

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou ontem dados, índices e condições que considera favoráveis e positivas para a economia de Santa Catarina e do Brasil. A senadora listou uma série de informações animadoras para a agroindústria, tais como a possível suspensão do embargo russo para a carne bovina de Santa Catarina, uma vez que a

World Organization for Animal Health anunciou que pretende classificar o estado como livre da febre aftosa.

Ideli disse que o ano começou com as ofertas de emprego em alta no estado, num ritmo 26% maior no interior do estado, chegando a 70% na capital, em relação ao ano passado.

A senadora comemorou a

indicação do economista Paulo Nogueira Batista Júnior para a diretoria do Fundo Monetário Internacional, por ser um “intransigente defensor dos interesses brasileiros”. Ideli ressaltou a queda no índice do Risco Brasil – uma medida da confiança dos investidores na economia brasileira –, que chegou a 180 pontos.

– Os investimentos estrangei-

ros diretos alcançaram US\$ 1,3 bilhão em fevereiro, obrigando o Banco Central a rever para cima a projeção estimada em US\$ 18 bilhões em 2007. As reservas brasileiras fecharam o ano passado em US\$ 100 bilhões, um recorde.

Outro dado que entusiasmou a senadora foi o aumento do consumo verificado no Nordeste.

Simon pede que STF reflita sobre foro privilegiado

Em discurso pronunciado ontem no Plenário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse estar preocupado por ter lido na imprensa que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai deliberar, nesta semana, sobre a questão da responsabilidade de autoridades nos crimes de improbidade administrativa. De acordo com Simon, o tribunal pode decidir que agentes políticos, como ministros de Estado, não estariam sujeitos à Lei dos Crimes de Improbidade Administrativa.

O senador registrou ter sido ele o relator da lei no Senado Federal. Simon afirmou que essa norma tem por objetivo principal a responsabilização dos agentes públicos (os políticos, os comissionados e os efetivados por concursos) que “malversaram e dilapidaram o patrimônio público”.

– Deve decidir o Supremo, por maioria, dar completa anistia a esses agentes políticos, suspeitos e indiciados. Considero isso uma humilhação! – protestou.

Caso a decisão ocorra, ministros de Estado, por exemplo, teriam foro privilegiado quando processados por improbidade administrativa. Simon pediu que o STF reflita mais sobre o tema, pois a ampliação do chamado foro privilegiado poderia dificultar ainda mais o combate à corrupção. A consequência, ressaltou Simon, seria o arquivamento de cerca de 10 mil inquéritos e ações contra autoridades públicas acusadas de improbidade administrativa.

– Será talvez o caso mais escandaloso que conheço, o caso mais absurdo que conheço. Faço um apelo dramático ao Supremo Tribunal Federal para que reveja essa posição – clamou.

São Paulo está apto a participar de PPP do metrô, diz Flexa Ribeiro

Após visita de comissão de senadores a obra na capital paulista, relator afirma que estado só comprometeu 8,16% do limite, podendo associar-se a outros projetos

O relator do projeto que analisa a capacidade do estado de São Paulo para participar da parceria público-privada (PPP) destinada à operação da linha 4 do metrô da capital paulista, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse ontem que o estado está apto para o projeto, do ponto de vista fiscal. Embora um grupo de senadores indicado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tenha visitado a etapa do metrô em que houve sério desabamento em 11 de janeiro, Flexa Ribeiro afirmou que não cabe ao Senado dar parecer sobre as condições de segurança da obra.

– Não podíamos deixar de fazer essa visita, mas a obrigação legal do Senado restringe-se à análise do comprometimento da receita líquida do estado com a PPP, que

não pode passar de 1% – afirmou o senador paraense. Ele informou que esse comprometimento não ultrapassa atualmente 8,16% do limite de 1%. Ou seja, 0,0816%, o que permitirá a São Paulo participar de outras parcerias público-privadas.

Na manhã de ontem, os sete senadores reuniram-se a portas fechadas com representantes do Ministério Público de São Paulo para saber se, de fato, houve negligência quanto à segurança e se o consórcio responsável pelo empreendimento usou material não especificado no projeto original com a finalidade de diminuir o custo da obra e concluir os trabalhos com maior rapidez.

– Estamos tranquilos porque recebemos do Ministério Público e do governo estadual garantias de

que será dada ampla transparência sobre o andamento do projeto – disse Flexa Ribeiro à Agência Senado, por telefone.

Ainda ontem pela manhã, os parlamentares foram até a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo. À tarde, visitaram as obras da estação onde ocorreu o desmoronamento e se reuniram com representantes do Consórcio Via Amarela, responsável pela construção da linha 4 do metrô.

A comissão é formada, além do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por Romeu Tuma (PFL-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Cícero Lucena (PSDB-PB), Marconi Perillo (PSDB-GO), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

Osmar teme que programas sociais do governo incentivem ociosidade

“Temo que no Brasil esteja se criando uma cultura de que não se precisa trabalhar”, alertou Osmar Dias (PDT-PR) ao lamentar o fato de o governo, em vez de criar condições para que as empresas ofereçam empregos com carteira assinada, estimular a ociosidade mediante programas como o Bolsa Família. Ele criticou particularmente o projeto de iniciativa do Executivo (PL 6.852/06), em tramitação na Câmara, que determina que o trabalhador só pode ter até 120 dias de carteira assinada por ano para não perder o direito à Previdência Rural.

Para Osmar, na prática, o projeto desestimula o trabalho. O senador informou que, em determinadas regiões do Nordeste, os

empresários enfrentam dificuldades para contratar trabalhadores com carteira assinada. Atualmente, se o trabalhador tiver um dia de registro na carteira de trabalho ele perde o direito à aposentadoria especial, que beneficia homens com 60 anos e mulheres com 55. O senador propõe que em vez de 120 dias, o trabalhador possa ter carteira assinada em todos os dias do ano sem perder o direito.

– A Folha de S. Paulo publicou uma fotografia em sua edição de domingo que retrata bem o que está acontecendo. Nas ruas de Brejões, no sul da Bahia, dezenas de beneficiários dos programas sociais do governo passam o dia todo jogando dominó na praça, esperando o final do mês para



Osmar: fotografia mostra beneficiários que passam o dia jogando dominó

receber o Bolsa Família – disse.

Outro problema na execução do Bolsa Família seria o fato de os beneficiários com filho receberem R\$ 120, enquanto os que não têm ganham R\$ 60 por mês. Osmar recebeu denúncias de que está havendo estímulo para que filhas de trabalhadores desempregados engravidem para poder receber o auxílio da bolsa.

Virgílio critica reservas cambiais de US\$ 100 bilhões

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), ao comentar a marca histórica atingida pelo Brasil de acúmulo de dívidas internacionais de US\$ 100 bilhões, criticou a política adotada pelo governo, que, segundo ele, provoca a “mais alta taxa de juros do mundo” e agrava o quadro fiscal brasileiro.

De acordo com o parlamentar, o jornal O Globo, em sua edição do último domingo, informou que o custo dessas operações estaria em R\$ 8,3 bilhões por ano, valor que Virgílio comparou aos percentuais aplicados ao programa Bolsa Família do governo em 2006.

– Há quem estime que 0,7% do PIB [produto interno bruto] seja consumido por essa despesa financeira, neutralizando, por exemplo, investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos – disse o senador.

Virgílio registrou alerta do jornal Valor Econômico sobre a possibilidade de o governo não conseguir investir o previsto e, em consequência, o Conselho de Política Monetária (Copom) reduzir lentamente os juros.

O parlamentar comentou opinião do jornalista Ribamar Oliveira, de O Estado de S. Paulo, para quem o governo terá menos orçamento para investimentos em infra-estrutura que os previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), devido à maior compra de dólares para aumento das reservas cambiais.

“Armadilha”

Entre as sugestões apresentadas pelos analistas para “conter a armadilha cambial”, Arthur Virgílio mostrou-se favorável à ampliação do limite de recursos que exportadores podem deixar no exterior sem prazo para repatriamento, de 30% para 100%. Essa iniciativa, segundo ele, reduziria “a enxurrada de dólares” decorrentes do fluxo comercial.



Mão Santa elogia a competência de Temer para superar crises do partido

Mão Santa anuncia voto a Temer para presidência do PMDB

“Lula é o presidente da República, mas somos nós que temos que escolher o presidente do PMDB; que ele escolha o presidente do PT.” O recado foi dado ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), da tribuna do Senado, quando o parlamentar anunciou que votará na reeleição de Michel Temer para a presidência de seu partido.

Na avaliação do senador, Temer administrou bem o PMDB na turbulência que o partido enfrentou nos últimos anos e demonstrou ser um constitucionalista digno e capaz de promover o entendimento.



Disputa pela presidência do PMDB pode enfraquecer o partido, diz Valter Pereira

Valter Pereira pede “solução consensual” a peemedebistas

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu ontem uma solução de consenso para a eleição do presidente do PMDB, a se realizar em março. Na avaliação do parlamentar, os dois candidatos – o atual presidente, deputado Michel Temer, e o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim – podem sair enfraquecidos da disputa, com prejuízo para o partido.

– São dois nomes de prestígio e que dão orgulho ao PMDB. Por essa razão, os militantes do partido no meu estado esperam juízo das lideranças – advertiu o parlamentar.

Ao relatar participação em seminário parlamentar nos Estados Unidos, senadora aponta crescimento da preocupação com aquecimento global e propõe amplo debate no Brasil

Serys vê maior conscientização sobre problemas ambientais

Recém-chegada de um seminário parlamentar em Washington acerca das mudanças climáticas globais, a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) disse ter voltado com a impressão de que a consciência ambiental cresceu, inclusive entre os empresários. O encontro foi promovido pelo G8+5 (grupo dos oito países mais desenvolvidos e cinco emergentes): Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Rússia, Brasil, China, Índia, México e África do Sul.

A parlamentar elogiou a iniciativa – segundo ela, a primeira a reunir parlamentares para o debate de um tema que a cada dia fica mais urgente. Serys sugeriu um amplo debate no Brasil, preparatório aos próximos encontros (na Alemanha, em junho, e no



Serys destaca interesse internacional pela produção brasileira de biocombustíveis

Japão, em janeiro de 2008), para que os parlamentares brasileiros compareçam às discussões com propostas concretas.

A senadora defendeu a aplicação de medidas necessárias ao desaquecimento do planeta e observou que mesmo dentro dos Estados Unidos, país que

mais emite gases causadores do efeito-estufa, mudanças estão se operando: o estado da Califórnia, exemplificou, adotou políticas independentes do governo federal, que se recusa a assinar o Protocolo de Kyoto.

Serys, que foi apartada por Heráclito Fortes (PFL-PI) e Sibá Machado (PT-AC), disse ter ficado bastante impressionada com o entusiasmo dos participantes do fórum em relação à capacidade brasileira na área de biocombustíveis. Há entre os participantes do G8+5, afirmou, grande interesse em discutir o potencial dos biocombustíveis no controle do clima.

Além de Serys, estiveram em Washington o senador Renato Casagrande (PSB-ES) e o deputado Antonio Palocci (PT-SP).

Simon alerta para conseqüências dramáticas do aquecimento global

Em discurso feito ontem no Plenário, Pedro Simon (PMDB-RS) alertou para as graves conseqüências do aquecimento global. Ele comentou a divulgação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que indicou o aquecimento global como o principal problema ambiental do planeta. Simon disse ainda que a imprensa apontou os países mais poluidores da atmosfera, os integrantes do chamado G7: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

O documento demonstra, segundo o senador, que o aumento das temperaturas médias globais resultará na elevação dos níveis

dos mares e oceanos, devastando cidades litorâneas, inclusive no Nordeste e Sudeste brasileiros.

O aquecimento global também afetará a agricultura, afirmou. Culturas, como os cafezais paulistas e mineiros e a soja gaúcha, poderão desaparecer, advertiu ele. Outras conseqüências apontadas pelo relatório da ONU, sublinhou, serão o aumento das ondas migratórias; grandes secas e enchentes; aumento da favelização e conseqüente elevação da miséria.

– É uma situação que, se nada for feito, será vivida por nós e, principalmente, pelos nossos filhos e nossos netos – alertou.

Entretanto, para Simon, a humanidade já enfrenta catástrofe semelhante: a fome.



Simon aponta riscos de secas, enchentes, favelização e aumento da miséria

– Uma em cada seis pessoas dormirá, na próxima noite, com fome crônica. A mesma fome que mata um ser humano a cada intervalo menor que quatro segundos – lamentou.

Apesar da “dimensão das catástrofes”, Simon disse ainda ser um otimista. Para ele, a discussão do relatório pode ajudar na solução da crise ambiental e da fome.

Subcomissão deve convidar Marina Silva para debate

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, poderá ser a primeira convidada a participar de debate na recém-criada Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A reunião em que será discutido o requerimento para o convite

à ministra deverá ocorrer hoje, às 11h. Também consta da pauta da subcomissão a deliberação sobre a agenda de trabalho do colegiado.

No início de fevereiro, foi divulgado relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas (ONU), concluindo que a ação do homem

sobre a natureza é a principal responsável pelo aquecimento global. O relatório prevê uma catástrofe ambiental se medidas urgentes não forem adotadas.

O documento indica que até o fim do século a temperatura da Terra pode subir de 1,8°C a 4°C, o que aumentaria a intensidade de tufões e secas, além de elevação no nível dos oceanos.



Notícia da possível construção no exterior das P-55 e P-57 preocupa Dornelles

Dornelles quer que Petrobras construa plataformas no Brasil

Ao discursar ontem em Plenário, o líder do PP, senador Francisco Dornelles (RJ), disse estar preocupado com as notícias de que a Petrobras pretende construir no exterior as plataformas denominadas P-55 e P-57.

– Seria desastroso para a recuperação da indústria naval brasileira, que vem se recuperando desde 1999. Nós, hoje, estamos com mais de dez estaleiros no Rio de Janeiro recuperados e 100 mil pessoas trabalhando – informou.

Da tribuna, o senador pelo Rio de Janeiro disse que a indústria naval brasileira precisa ser incentivada. Ele ressaltou que o país necessita de uma ampla política setorial. Dornelles fez apelo para que a Petrobras analise a importância de as plataformas serem construídas em estaleiros nacionais.

Agripino requer voto de pesar pela morte de Janete Faria

José Agripino (PFL-RN) requereu ontem voto de pesar pelo falecimento da líder política Janete Faria, matriarca de uma família de políticos ilustres do Rio Grande do Norte. Segundo relatou, dona Janete estava enferma havia algum tempo e se encontrava sob os cuidados dos médicos do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.

– Todos os seus amigos estão de luto e solidários com a família. Osmundo Faria, o esposo, já se foi. Eu tinha por ele grande apreço. Os filhos, Ricardo Faria, empresário; Robinson Faria, presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, companheiro político de muitas jornadas, meu adversário e meu correligionário, mas sempre amigo; e o deputado Fábio Faria, seu neto, formam a família política de dona Janete. Compartilhamos com eles a dor da perda da avó e da mãe – concluiu.

Colegiado terá 40 titulares e não mais 84. Outras mudanças incluem o fim da apresentação de emendas genéricas ao Orçamento pelas bancadas estaduais

Mais enxuta, Comissão de Orçamento retoma trabalhos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) entra em novo momento na segunda quinzena de março, quando retomará suas atividades com 40 membros titulares, menos da metade do número de parlamentares que formavam a estrutura anterior, que era de 84. Essa é a mais visível – mas não a mais importante – mudança nas normas de funcionamento da comissão e nas regras de apreciação das matérias orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional em novembro passado, depois de dois anos de intenso debate.

O objetivo das alterações foi dinamizar e, principalmente, tornar mais transparente o processo de elaboração das leis orçamentárias. Uma das regras inibe, por exemplo, a apresentação de emendas com redação genérica ao projeto de lei orçamentária, por parte de bancadas estaduais. Os parlamentares também ficam obrigados a fornecer, nas emendas, nome, endereço, CNPJ e outros dados das entidades beneficiadas com indicação de projetos, para facilitar a fiscalização.

As emendas genéricas vinham sendo utilizadas por algumas bancadas para transformar emendas direcionadas a projetos es-



José Maranhão prevê decisões mais rápidas no exame do Orçamento

tratégicos nos estados – uma barragem, por exemplo – em ações tipicamente municipais. Mais adiante, os parlamentares negociavam com os ministérios a distribuição das ações propostas por vários municípios, como se verificou no caso das ambulâncias superfaturadas.

– Historicamente, todos os incidentes que envolveram recursos orçamentários decorreram da falta de clareza e de regras bem definidas, o que será muito mais difícil de ocorrer a partir de agora – espera o senador José Maranhão (PMDB-PB).

Indicado por seu partido para presidir a CMO neste ano – decisão que ainda será submetida à

comissão –, o senador também considera positiva a redução no número de membros do colegiado. Uma comissão mais enxuta, afirma o senador, conduzirá os debates com mais objetividade. Assim, segundo avalia, as decisões serão mais rápidas.

– No ano passado, o Orçamento federal foi aprovado em tempo normal, mas já houve atrasos em muitas ocasiões, com prejuízo ao andamento das ações de governo de interesse da sociedade.

Indicações partidárias

Até 7 de março, todos os partidos deverão ter feito as indicações de seus representantes para integrar a CMO em 2007. É o que prevê a Resolução 1/06, que constitui o novo regimento da comissão, resultante do substitutivo ao PRS 2/05 aprovado em novembro.

Além dos 30 deputados e dez senadores, deverão ser também indicados os respectivos suplentes. Até o momento, somente as lideranças partidárias do Senado encaminharam indicações à Coordenação da Mesa do Congresso Nacional. Conforme a resolução vigente, a data-limite para a constituição da comissão é a última terça-feira de março (dia 27).

A primeira grande reforma desde a CPI do Orçamento

A necessidade de mudanças na forma como o Congresso analisa, modifica e controla o Orçamento já vinha sendo objeto de debates regulares no ambiente legislativo. No início de 2005, o senador Renan Calheiros, no exercício da presidência do Congresso, incluiu a reforma do rito orçamentário e do funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO) como ação prioritária de seu mandato.

Renan nomeou comissão de oito senadores e oito deputados com a finalidade de apresentar uma proposta. No entanto, sem consenso, o colegiado encerrou seus trabalhos sem votar projeto para ser levado ao exame do Plenário. O relator da comissão, deputado Ricardo Barros (PP-PR), decidiu então transformar as sugestões de seu relatório em projeto de resolução (PRS 2/05-CN), aproveitado como base do substitutivo aprovado em novem-

bro passado.

O retorno do tema à pauta do Congresso foi também impulsionado pelas críticas ao processo orçamentário após o episódio das ambulâncias superfaturadas, adquiridas por entidades não-governamentais e prefeituras com recursos transferidos por meio de emendas parlamentares (individuais e de bancadas).

Até então, as últimas grandes alterações nos ritos e normas referentes ao processo orçamentário ocorreram em meados de 1990, depois que vieram a público problemas e vícios na elaboração e execução do Orçamento federal. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento – a chamada CPI dos Anões – investigou esquema de fraudes e propinas em processo que envolveu 18 parlamentares. Seis foram cassados, oito absolvidos e quatro preferiram renunciar.

Resistências

A aprovação das novas regras envolveu resistências, no final vencidas, à redução do tamanho da comissão, de 84 para 40 membros. O número de integrantes era apontado como uma das dificuldades do governo na questão orçamentária, diante do desafio permanente para obter o quórum – 32 deputados e 11 senadores – necessário para aprovar matérias quando não havia acordo partidário. Com a possibilidade de qualquer parlamentar solicitar verificação de presença, tornava-se fácil derrubar a sessão.

Outra medida acolhida foi a obrigação de rodízio anual, tanto na composição da comissão quanto dos partidos no desempenho das relatorias setoriais dos projetos das leis orçamentárias – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Visita de Bush pode trazer avanço na negociação sobre a Alca, diz Sibá

Sibá Machado (PT-AC) destacou a importância da visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil. O senador avalia que o evento diplomático é uma oportunidade de se avançar nas negociações da Alca (Acordo de Livre Comércio das Américas) – com garantia de desenvolvimento para todos, ressaltou – e, ainda, de fortalecer o Mercosul.

O senador também sugeriu que a pauta do encontro não pode prescindir da discussão sobre a inserção do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a criação do Fundo Mundial de Combate à Fome e à Sede e o fim da guerra do Iraque. Sibá ainda aplaudiu a viabilização de uma parceria



Sibá fala em viabilizar parceria entre os dois países no processamento de etanol

entre os Estados Unidos e o Brasil no processamento de etanol, o que levaria as duas nações a liderar a produção mundial. Segundo explicou, o Brasil entraria na empreitada com capacidade tecnológica e os Estados Unidos, com a parte financeira.

Ministérios estão se transformando em feudo, diz Virgílio

“Neste segundo mandato, o presidente Lula tem duas opções: ou se engrandece ou se apequena. E o caminho atual que ele vem seguindo não leva ao engrandecimento”, alertou Arthur Virgílio (PSDB-AM), ao criticar a forma como o presidente Lula estaria partilhando os ministérios com os partidos aliados.

Na opinião do senador, as supostas hesitação e dificuldade em decidir do presidente da República têm permitido que os



Virgílio: “Qual seria o critério para se definir um ministério mais valioso?”

ministérios estejam se transformando em feudos políticos.

– Qual seria o critério para se definir um ministério mais valioso? O que tem mais dinheiro? O que tem mais valor social ou administrativo? – questionou o senador.

Agripino destaca inauguração de instituto de neurociência de Natal

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), destacou a inauguração das primeiras unidades do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra, localizadas na capital do Rio Grande do Norte. Ele ressaltou ainda que o instituto realizou recentemente simpósio internacional em Natal, com a presença de pesquisadores de diversos países.

– O meu estado vai sediar um centro de excelência – declarou o senador, acrescentando que o responsável por essa iniciativa é o pesquisador Miguel Nicolelis, que está trazendo de volta cientistas que haviam deixado o país em busca de oportunidades no exterior.

Agripino também comentou a



Rio Grande do Norte vai sediar um centro de excelência, resalta José Agripino

recente prisão de 40 brasileiros, ocorrida quando eles tentavam entrar ilegalmente nos Estados Unidos.

– Eles foram para lá para tentar obter a sobrevivência que não têm garantida aqui no Brasil – salientou o líder.



Heráclito lembra que hoje muitos ministros estão interinamente no cargo

Heráclito: “Não dá para instalar CPI com o país acéfalo”

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que ainda não apresentou o pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar irregularidades no repasse de recursos, pelo governo, a organizações não-governamentais porque o país “está administrativamente acéfalo”.

O senador afirmou que tem recebido cobranças dos cidadãos

sobre a demora na instalação da comissão, e informou que o requerimento de criação da CPI das ONGs tem cerca de 65 assinaturas e, regimentalmente, já poderia ser apresentado à Mesa do Senado.

– Mas não faz sentido intalar a comissão agora, pois, se houvesse a necessidade de tomar o depoimento de algum ministro,

como atualmente os ministérios estão sendo administrados por interinos, até que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça o anúncio oficial de seu novo ministério, haveria desperdício de tempo – explicou.

O parlamentar disse ainda que irá atender pedido de Sibá Machado (PT-AC) para estender o período das investigações da CPI

até 1998 ou 1994. Inicialmente, a comissão iria investigar fatos ocorridos de 2003 em diante.

Heráclito também afirmou não ver motivos para que os petistas tenham que as investigações possam atingir membros do partido.

– Eventualmente, poderemos atingir maus petistas, assim como pefelistas e petebistas – frisou.

Cristovam propõe roteiro para agenda na área da educação

Diante da disposição do presidente do Senado, Renan Calheiros, de elaborar uma agenda em prol do desenvolvimento do país, Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou, ontem, sugestões para a área da educação, como a criação do Ministério da Educação de Base – transferindo-se os assuntos ligados ao ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia –, e a criação de uma agência reguladora de proteção à criança.

Os passos seguintes seriam a implantação gradual do horário integral nas 164 mil escolas públicas do país, e a implementação de um programa de valorização, formação e motivação do professor.

Cristovam também considera fundamental definir um padrão nacional de infra-estrutura e equipamentos escolares, e de conteúdo pedagógico. Outras medidas seriam: universalização da frequência escolar até a conclusão do ensino

médio, obrigatoriedade de oferta de vagas nas escolas para crianças a partir dos 4 anos, investimentos no ensino médio profissionalizante, substituição do vestibular pela avaliação seriada (nas três séries do ensino médio), instituição dos programas Bolsa-Escola e Poupança-Escola e ampliação do ProJovem.

– Fazer isso custaria mais R\$ 7 bilhões por ano, além dos R\$ 55 bilhões já gastos hoje na educação, 15% a mais. É muito pouco para dar um salto de qualidade e muito menos do que custará não fazer – disse.

Em apartes, Mão Santa (PMDB-PI) citou como exemplo os 12 anos de estudo obrigatório e o ensino de dois idiomas exigidos no Chile. Já César Borges (PFL-BA) frisou que o roteiro sugerido por Cristovam “é para ser adotado por alguém com compromisso real com a educação”.

Arns pede “bom senso” na aplicação das normas sobre idade escolar

Preocupado com as inúmeras ações judiciais que estão sendo interpostas em todo o país por escolas e famílias, devido à confusão sobre a idade de ingresso das crianças no ensino fundamental, Flávio Arns (PT-PR) propôs a realização de debates e discussões na Comissão de Educação (CE) para que o assunto seja devidamente esclarecido.

O senador fez um apelo ao bom senso e lembrou que a Lei 11.274/06 ampliou o ensino fundamental obrigatório de oito para nove anos, mas que a criança deve ingressar um ano antes na escola, e não ficar mais um ano ao final.

Arns ressaltou ainda que o Congresso aprovou uma mudança constitucional estabelecendo que a educação infantil termina aos 5 anos de idade, e que as crianças devem completar 6 anos na 1ª série do ensino fundamental,



Arns sugere que a CE debata a idade para ingresso no ensino fundamental

independentemente da data de aniversário.

O parlamentar informou que, hoje, haverá uma reunião do Conselho Nacional de Educação para discutir o assunto, salientando que o debate a respeito do tema deve se dar no sentido de tranquilizar os pais e professores e dar segurança às famílias.

Alvaro Dias denuncia lavagem de dinheiro em loterias da Caixa

Fraudes no período de 2002 a 2006 superam R\$ 32 milhões, conforme relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras recebido pelo senador

Alvaro Dias (PSDB-PR) denunciou ontem, em Plenário, a ocorrência de lavagem de dinheiro por meio das loterias da Caixa Econômica Federal “com a conivência de servidores da instituição”. Ele afirmou que, de acordo com relatório sigiloso que recebeu do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de 2002 a 2006 as fraudes, envolvendo 75 pessoas, superam R\$ 32 milhões.

O senador explicou que a lavagem do dinheiro pode ocorrer de duas formas: o interessado na ação criminosa é avisado por um funcionário da Caixa sobre a presença de um vencedor na agência, a fim de comprar-lhe o bilhete; ou deposita o dinheiro a ser lavado na agência. O prêmio, então, é pago ao verdadeiro ganhador com o dinheiro do interessado na lavagem. Como o prêmio pode ser descontado até 90 dias após o sorteio, o funcionário da Caixa



Alvaro Dias explica esquema e apresenta projeto de lei para coibir esse tipo de crime

– ou o interessado em lavar o dinheiro – segura os bilhetes vencedores, até que atinjam o valor de interesse do beneficiário da lavagem. Quando isso acontece, o beneficiário do esquema vai até à agência da Caixa e saca os bilhetes premiados, como se fosse o ganhador.

– A agência informa o ganhador do prêmio à central de loterias da Caixa, que evidentemente não é

o verdadeiro ganhador. O que a Caixa informa é o nome do criminoso, autor do crime de lavagem de dinheiro – disse o senador.

Alvaro Dias adiantou que está apresentando um projeto de lei estabelecendo que os sacadores de prêmios que registram mais de dez premiações a serem resgatadas simultaneamente devem comprovar origem dos recursos de suas apostas. O gerente somente poderá pagar o prêmio após a comunicação prévia à Central de Loterias, bem como ao Coaf. O saque fica condicionado à identificação completa do sacador e à verificação de seus antecedentes criminais, com a comunicação à Polícia Civil de cada estado onde se localiza a agência.

O senador também apresentou requerimentos solicitando informações sobre o assunto ao ministro da Fazenda e mais uma auditoria ao Tribunal de Contas da União sobre o assunto.

César Borges critica bloqueio de verbas anunciado pelo governo

César Borges (PFL-BA) criticou ontem o contingenciamento de recursos anunciado recentemente pelo governo federal, no montante de R\$ 16,4 bilhões. As verbas seriam gastas em itens previstos no Orçamento, como é o caso dos investimentos. O parlamentar questionou o fato de isso ter sido divulgado logo após o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual prevê uma série de gastos visando estimular a atividade econômica.

– Então o PAC é um factóide; não passa de uma peça publicitária – declarou.

O senador frisou que o contingenciamento atingirá diversas áreas, como a educação, a saúde e a energia. Ele ressaltou que a retenção prevista nos recursos do Ministério da Educação é de aproximadamente R\$ 609 milhões para este ano, apesar de a área ser considerada prioritária.

– Quando se fala em combate a violência, por exemplo, destaca-se a necessidade de investimentos em educação – lembrou.

César Borges também citou outros exemplos, como o do Ministério de Minas e Energia, que,



César Borges: contingenciamento irá atingir áreas como educação e energia

segundo ele, teve 38% dos seus recursos contingenciados.

– E isso em um ministério tão importante, cujos investimentos na área de energia podem até evitar um novo apagão – ressaltou César Borges.

Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos realizam hoje audiência sobre o Fórum Nacional de Previdência Social. Amanhã, a CAS analisa projetos sobre direitos trabalhistas

Adicional por tempo de serviço a celetistas está na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar amanhã o projeto que estabelece o pagamento de adicional por tempo de serviço de 5% ao trabalhador a cada três anos de serviços regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prestados à mesma empresa.

De autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta (PLS 267/05) prevê o benefício aos trabalhadores que recebam remuneração mensal igual ou inferior ao teto máximo do salário-família, atualmente de R\$ 654,67.

Também deverá ser votada amanhã proposta da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) que estende ao empregado doméstico o direito ao salário-família (PLS 215/04).

Outro projeto em pauta altera a época do pagamento do adiantamento de metade do décimo terceiro salário. De autoria de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA),



Valadares propõe adicional de 5% a cada três anos de trabalho na mesma empresa

a proposta (PLS 246/06) restringe o adiantamento ao período entre janeiro e junho. Atualmente, o pagamento de metade do décimo terceiro pode ser feito de fevereiro a novembro de cada ano.

Segundo Antonio Carlos, o objetivo da proposta – que prevê alterações nas leis 4.090/62 e 4.749/65 – é “simplificar o planejamento financeiro do trabalhador e reduzir a necessidade de recurso a empréstimos bancários garanti-

dos pelo décimo terceiro salário”. Esses três projetos receberão decisão terminativa na CAS.

Maternidade

A CAS também deverá analisar relatório apresentado pela senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) ao projeto de lei da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) que determina o direito de a gestante assistida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) conhecer com antecedência a maternidade na qual será feito o seu parto e qualquer atendimento pré-natal.

A proposta (PLC 54/06) prevê ainda que, na hipótese de a maternidade escolhida não ter condições de atender à gestante em situações de risco gestacional, a transferência para uma outra instituição ficará sob a responsabilidade do SUS. Em seu parecer favorável ao projeto, a senadora destaca que as medidas propostas são de “indiscutível mérito” e trarão mais “tranquilidade e segurança à mãe ou ao casal”.

Paim insiste na extinção do fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender o fim do fator previdenciário. Ele afirmou que, devido a esse mecanismo, os ganhos das mulheres têm uma redução de aproximadamente 40% no ato da aposentadoria, e os dos homens, de cerca de 35%.

O fator previdenciário é utilizado no cálculo das aposentadorias e leva em conta, entre outros itens, a expectativa de vida do beneficiário. Um de seus objetivos, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicado no ano passado, é “retardar aposentadorias e reduzir as despesas previdenciárias”, já que o mecanismo diminui o valor dos benefícios para quem se aposenta mais cedo.

O senador ressaltou projeto de autoria da Comissão Mista do Salário Mínimo (da qual ele foi relator) que visa estabelecer o fim do fator previdenciário e tramita na Câmara em regime especial com o número PL 100/07. “Espero que a Câmara aprove o fim do mecanismo”, disse ele.

Outro assunto abordado por



Paim diz ainda que a maioria penal tem que ser discutida com amplitude

Paim em seu pronunciamento foi a polêmica quanto à redução da maioria penal. O parlamentar afirmou que a questão “tem de ser discutida em sua amplitude, passando por itens como educação, trabalho e drogas”.

Ele recordou que o tema está sendo debatido em duas comissões da Casa: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Nesta última, frisou Paim, o debate está mais centrado na prevenção da violência.

Ministro debate Fórum Nacional de Previdência Social

O Fórum Nacional de Previdência Social e O Papel do Parlamento no Fórum serão temas da audiência pública marcada para hoje, a partir das 10h, em reunião conjunta da CAS e da CDH.

O ministro da Previdência e Assistência Social, Nelson Machado, deverá participar do debate, conforme requerimento de Paulo Paim.

Instalado no último dia 12, o fórum foi instituído, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pelo Decreto 6.019/07. Composto por representantes do governo federal, de empregadores e empregados, o grupo tem o objetivo de fazer um diagnóstico da situação da Previdência, ouvindo especialistas do setor durante seis meses. Do resultado, podem surgir proposições legislativas que serão encaminhadas ao Congresso.

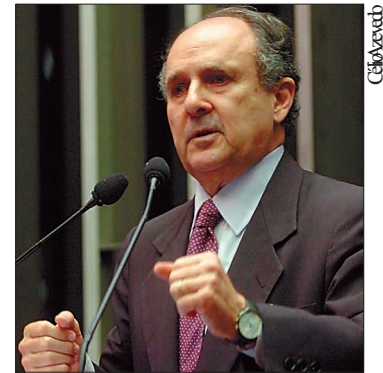
A audiência de hoje vai discutir as formas de condução, pelo Poder Legislativo, da votação da proposta do PAC e da regulamentação da reforma da Previdência.

Linguagem de sinais poderá ser aprendida desde a educação infantil

O ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) poderá ser componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental. É o que estabelece projeto de lei de Cristovam Buarque (PDT-DF) que deverá receber decisão terminativa na Comissão de Educação (CE). O prazo para que os sistemas de ensino cumpram as exigências previstas na proposta será de três anos.

O projeto (PLS 14/07) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96). Na justificativa da proposta, Cristovam lembra que o Decreto 5.626/05, que regulamenta a Libras, já determina que a linguagem de sinais deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia.

– Tais determinações são importantes para o início do processo de integração das pessoas com deficiência auditiva nas escolas e na sociedade. Entretanto, incluir a Libras como disciplina obrigató-



Proposta de Cristovam inclui a Libras como disciplina obrigatória nas escolas

ria desde a educação infantil permitirá ampliar as possibilidades de comunicação dessas pessoas. É necessário tornar qualquer cidadão capaz de se comunicar por meio da Libras – justifica.

A proposição também amplia para três anos o prazo para que os sistemas e as instituições de ensino incluam o professor de Libras em seu quadro do magistério. Pelo Decreto 5.626, o prazo em vigor – de um ano a partir de sua promulgação, ocorrida em 22 de dezembro de 2005 – já está esgotado.

Comissão recebe propostas das universidades particulares

O presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), Gabriel Mário Rodrigues, apresentará à Comissão de Educação, hoje, às 15h, propostas do setor privado para a educação universitária. A reunião será realizada com o presidente da CE, senador Cristovam Buarque.

A Abmes reúne em seus quadros, atualmente, 383 instituições mantenedoras de ensino superior e outras 572 instituições mantidas em todo o país. As mantenedoras administram os recursos financeiros das mantidas e estas cuidam somente da parte acadêmica.

Em carta endereçada a Cristovam, Gabriel Rodrigues enumerou três questões que deverão ser tratadas com o senador durante o encontro. A primeira é a ampliação da oferta de educação superior que atenda às demandas da sociedade e às exigências do desenvolvimento nacional sustentado, com a participação do setor privado. A segunda é o aprimoramento do marco regulatório para a educação superior, respeitando-se as disposições constitucionais de forma a garantir a estabilidade e a coerência das regras para a expansão da oferta e para o desempenho qualitativo

das instituições. A última é a desburocratização dos processos de controle e de supervisão exercidos pelo governo, mediante aperfeiçoamento e transparência dos procedimentos de avaliação instituídos.

O presidente da entidade diz ainda na carta que os mantenedores têm a expectativa de que a CE acolha as proposições do setor e reitere sua disposição de colaborar na identificação e na adoção dos meios que contribuam para implementar tais medidas.

Criada em 1982, em Brasília, a Abmes tem, entre suas finalidades, defender os direitos e interesses das instituições associadas ou filiadas, promover estudos e propor soluções para os problemas relativos ao desenvolvimento e à qualificação do ensino superior.

De acordo com o estatuto da entidade, a Abmes também visa colaborar com os poderes públicos para o aprimoramento da educação e da cultura, da ciência, da tecnologia, do ensino, da pesquisa e da extensão nas instituições associadas, bem como proporcionar assessoramento pedagógico, técnico, administrativo e jurídico a esses centros de ensino e universidades.